



Manual de ortografia e política linguística: Álvaro Ferreira de Vera (1631)

Manual of Spelling and Linguistic Policy: Álvaro Ferreira de Vera (1631)

Vitória Régia Feitoza França¹
Eliabe Procópio²

RESUMO: Este artigo objetiva discutir os manuais ortográficos na perspectiva das políticas linguísticas. Para tanto, fundamenta-se nos pressupostos da Historiografia linguística e aproxima sua argumentação aos estudos de políticas linguísticas, uma abordagem relativamente nova e necessária ao estudo histórico dos instrumentos das tradições gramaticais. Este artigo adota como objeto de pesquisa a obra **Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua portuguesa (1631)**, de Álvaro Ferreira de Vera. A defesa é que esse manual aciona o modelo gráfico e gramatical latino, bem como assume uma postura latinizante às adequações desse modelo ao português, porque o latim era o modelo de língua ideal (idioma de um grande império, vasta produção cultural e alto valor social) para transferência de prestígio ao português, que buscava um posicionamento político no cenário europeu, especialmente o ibérico.

Palavras-chave: Manual de ortografia; historiografia linguística; política linguística.

ABSTRACT: This article aims to discuss orthographic manuals from the perspective of language policy. To this end, it draws on the assumptions of linguistic historiography and aligns its arguments with language policy studies, a new and necessary approach to the historical study of the instruments of grammatical traditions. This article adopts as its research the work "Orthography, or Way to Write Right in the Portuguese Language" (1631), by Álvaro Ferreira de Vera. The argument is that this manual utilizes the Latin graphic and grammatical model and adopts a Latinizing approach to adapting this model to Portuguese, because Latin was the ideal language model (the language of a great empire, vast cultural production, and high social value) for transferring prestige to Portuguese, which sought political positioning in Europe, especially the Iberian Peninsula.

Keywords: Spelling manual; linguistic historiography; language policy.

Introdução

A presente pesquisa se situa na área da Historiografia Linguística, especificamente a gramatical, e se dedica ao estudo de um dos materiais normativos que contribuíram para a criação e a manutenção da tradição gramatical em língua portuguesa. Além das gramáticos e dos dicionários, existem muitos outros instrumentos normativos, a exemplo dos manuais

¹ Mestra em Letras. Universidade Federal de Sergipe. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6435-6309>. E-mail: vitoriafeitosaa20@gmail.com

² Doutor em Linguística e Língua Portuguesa. Professor da Universidade Federal de Sergipe. <https://orcid.org/0000-0002-9766-1686>. E-mail: elabeprocopio@academico.ufs.br.



ortográficos, obras cujo propósito é prescrever uma norma gráfica. Nesse empreendimento, esses manuais desenvolvem uma discussão que aciona orientações teóricas e crenças sociais e linguísticas da época, a exemplo de **Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua portuguesa** (1631), de Álvaro Ferreira de Vera, objeto de estudo deste artigo.

Os manuais de ortografia figuram como uma expressão da tradição gramatical portuguesa e um instrumento de política linguística. Os manuais ortográficos consistem numa tradição gramatical secundária às gramáticas portuguesas e muito importante para a sistematização, a difusão e o ensino da língua portuguesa, num período das grandes conquistas, em que a imposição colonial pressupunha também a imposição linguística, tanto dentro quanto fora de Portugal. Os manuais ortográficos apresentavam, portanto, um ideário de língua escrita que também afeta a fala, afinal não era clara essa divisão entre oralidade e escrita.

O manual de ortografia caracteriza-se como um gênero textual de função normativa e didática, que tem por objetivo orientar o uso correto da escrita na língua portuguesa. Esses manuais costumam apresentar regras de acentuação, uso de letras, hífen, maiúsculas e minúsculas. Segundo Antunes (2003), esse tipo de texto possui uma função prescritiva, ou seja, visa uniformizar o uso da língua escrita, promovendo a padronização linguística. No caso do português, um dos primeiros registros de tentativa de sistematização ortográfica data de 1536, com **Orthographia da Lingoa Portuguesa**, de Fernão de Oliveira, considerado o primeiro tratado linguístico da língua portuguesa (Cunha; Cintra, 2008). Os Manuais de ortografia são instrumentos normativos fundamentais para a fixação de padrões linguísticos, e desempenham papel central na constituição de uma ortografia oficial da língua portuguesa, contribuindo, inclusive, para a implementação de reformas ortográficas como a de 1911 em Portugal e a de 1943 no Brasil (Ilari, 2009).

O objetivo deste artigo é analisar o manual de ortografia de Álvaro Ferreira de Vera (1631) para descrever o modelo de língua proposto por este Manual e caracterizar as bases conceituais e as diretrizes metodológicas dessa obra, como sua filiação à tradição greco-latina e hispânica, inclusive.

Historiografia linguística

A Historiografia linguística (HL) é um campo da ciência da linguística que se propõe a descrever a história dos estudos sobre a linguagem; é uma disciplina metodologicamente orientada para observar os estudos sobre a linguística, que foi institucionalizada na década de 1970 por autores estado-unidenses e europeus (Batista; Bastos, 2020).



Esse campo elege como objetivo elaborar narrativas interpretativas e críticas a respeito da construção, do desenvolvimento e da recepção das ideias sobre a língua e a linguagem Batista (2020). A HL se caracteriza por sua interdisciplinaridade, porque para estudar a história do conhecimento sobre a linguagem é preciso levar em conta um conjunto complexo e variado de conhecimentos que auxiliem a busca pelo ideal crítico e interpretativo desse campo de estudo (Koerner, 2014).

Em uma breve distinção dos termos história e historiografia, o termo “história” refere-se a um conjunto de evidências de fatos do passado ou do presente selecionado pelo historiador para a análise. Enquanto a palavra “historiografia” se refere às análises interpretativas que o historiador faz sobre o conjunto de evidências de fatos históricos que selecionou para serem analisados. A HL é como uma parte da história da linguística (Batista, 2020).

A HL tem como matéria-prima os documentos históricos, mas é a atividade historiográfica, pela sua perspectiva interpretativa, que transforma o material do passado analisado em uma fonte histórica, por meio da qual perguntas serão feitas e hipóteses podem ser elaboradas. A elaboração de uma narrativa historiográfica é circunscrita ao seu momento histórico e aos objetivos do historiador/historiógrafo. Essa perspectiva ressalta o caráter de narratividade de uma análise e de textos históricos, produtos da seleção e da interpretação de um historiador, o qual operou recortes e definiu parâmetros de análise (Batista; Bastos, 2020).

Os parâmetros de análise podem ser divididos em duas dimensões e recebem o nome de parâmetro interno, que consiste na análise dos documentos históricos: o que dizem, como dizem e por que o dizem; e parâmetro externo, que consiste na análise do contexto histórico em que esses textos são legitimados como parte de um processo científico e intelectual (Batista, 2020).

Ao parâmetro interno, interessa a visão de língua ou de linguagem presentes nos documentos históricos, o que os agentes de produção, circulação e recepção de ideias linguísticas delimitam como sua concepção de língua/linguagem, sua compreensão dos fenômenos linguísticos e suas práticas de análise. Ao parâmetro externo, interessam os movimentos dinâmicos de uma prática científica, intelectual, pedagógica inserida em comunidades de pesquisadores e intelectuais, com diferentes processos de institucionalização dos saberes e suas vinculações com o clima de opinião de uma época e sua inserção cultural, social e política mais ampla (Batista, 2020).

Dois fatores são indispensáveis à pesquisa historiográfica: as fontes, que podem ser canônicas ou marginais; e a periodização, cujo recorte demonstra uma preferência do



historiador e representa um conjunto de hipóteses a serem testadas. A determinação de um eixo temporal pode sustentar reflexões interpretativas sobre processos de continuidade ou descontinuidade na dinâmica histórica.

Políticas linguísticas e a instrumentação de uma língua nacional

A partir do século XVI, completa-se o processo pelo qual a língua portuguesa tornou-se a língua do império português, desvinculando-se cada vez mais do latim e do espanhol, o que significa que o português finalmente alcançou uma posição política importante dentro da administração lusitana, tornando-se um elemento identitário nacional (Mariani, 2007).

O fato da língua portuguesa se tornar uma língua independente, mostra como a criação dos instrumentos linguísticos como as gramáticas e os dicionários são fortes materiais para dar o impulso necessário na criação de políticas que visam à unificação de uma língua e que por meio desses instrumentos, a língua portuguesa é propagada em busca de um império que estivesse sempre à frente das outras nações.

Os estudos das políticas linguísticas surgem nesse contexto, para caracterizar as demandas e as funcionalidades desses instrumentos, com o diálogo com várias áreas do conhecimento (Abreu, 2016).

Num sentido mais abrangente, as políticas linguísticas têm dois grandes eixos principais: políticas linguísticas e o planejamento linguístico. O primeiro atenta-se as decisões políticas em relação às línguas e aos seus usos na sociedade, uma vez que elas são responsáveis por medidas de proibição do uso linguístico de uma determinada língua no Estado, enquanto o segundo eixo tem como foco o planejamento de processos vinculativos a uma viabilização de atividade que preparam e dão vida à língua (Severo, 2013).

A política linguística caracteriza-se também como um conjunto de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas que buscam implementar, na sociedade, grupo ou organização sociopolítica, as mudanças linguísticas planejadas. Apenas quando determinada política existe é que algum tipo de avaliação efetiva do planejamento linguístico acontece (Kaplan, Baldauf Jr., 1997).

O termo política linguística é utilizado para se referir às mais diversas atividades do viés político que giram em torno da linguagem e da resolução de conflitos, os quais nascem da necessidade de os sujeitos escolherem a língua a ser usada e, por meio desse imperativo, nasce a questão do monolingüismo da língua majoritária que perpassa esferas como as governamentais, religiosas e educacionais, o que denota a síntese de que a decisão dos sujeitos



sob qual língua ser adotada sucede em critérios políticos, tendo em vista que as esferas supramencionadas, ou quaisquer outras de cunho social, vinculam-se às relações de crenças, costumes, usos e práticas da língua nativa de um determinado povo (Nascimento, 2021).

Para o conceito de planejamento linguístico, existem dois tipos de planejamento: a) corpus: refere-se aos processos de seleção e codificação linguísticos, tais como a elaboração de gramáticas; e b) status: que envolve a escolha inicial de uma língua, incluindo as atitudes da comunidade (Crystal, 1992 *apud* Santana, 2017).

O planejamento linguístico (PL) é a atividade organizada que busca resolver problemas linguísticos existentes no interior de uma determinada sociedade. O PL objetiva transformar ou preservar a norma linguística ou o status social de uma determinada língua escrita ou falada em sua variedade linguística. O PL é conduzido em conformidade com um programa oficial ou um conjunto definido de critérios e tem por base um objetivo deliberado por comitês ou grupos oficialmente constituídos, organizações de caráter privado ou linguistas prescritivistas a serviço de autoridades governamentais. Seu objetivo é estabelecer normas (a princípio escritas), as quais são ratificadas por seu elevado status social; sucedem-se a elas normas de fala associadas a esses padrões (Jahr, 1992, *apud* Santana, 2017).

Alinhado às políticas e os planejamentos linguístico, está o processo da instrumentalização da língua portuguesa, do qual participam as gramáticas e os dicionários, que tem base conceptual a gramatização, cuja materialização (ou instrumentalização) contribui para a competência linguística do interessado na técnica pedagógica de aprendizagem das línguas ou na descrição delas (Auroux, 1992).

As gramáticas, como instrumentos linguísticos, possuem inúmeros fatores como os sociais, culturais, religiosos etc., e são usadas também como instrumentos de poder para os impérios durante colonização. Por exemplo, na Gramática da Língua Portuguesa, obra que incorpora o “Diálogo em Louvor da nossa Língua”, publicada por João de Barros, em 1540, a língua portuguesa é apresentada como um mecanismo de coesão política para o império com a tarefa de espalhar o cristianismo em todo o mundo. A língua, companheira do império, foi aceita como a chave para entender tanto a teoria linguística quanto as práticas que lidam com a língua portuguesa no início da modernidade (Assunção; Fernandes, 2020).

Mais à frente, em 1631, Álvaro Ferreira de Vera escreve seu manual de ortografia, cujos propósitos perpetuam os dos manuais anteriores, visto que esses manuais tendiam a serem escritos de forma semelhante, com referências a outras línguas e inclusão lista de palavras certas e erradas e escritos religiosos, muitas vezes com a grafia em latinizante. Apesar do



distanciamento temporal, os interesses políticos dos ortógrafos permanecem quase inalterados, afinal nesse momento, os impérios buscavam suas conquistas visando ao poder, e a língua poderia ser um forte mecanismo do império lusitano demonstrar poder sobre os outros impérios.

A influência generalizada dessa abordagem historiográfica sobre as primeiras gramáticas apresentam dois fenômenos essenciais: 1) o português tornou-se a língua veicular para as primeiras traduções de várias línguas ameríndias, africanas e asiáticas desconhecidas para os europeus até a idade de expansão; 2) o português tornou-se uma língua franca usada por comunidades de comerciantes europeias e não europeias multilíngues, viajantes e missionários desde o Brasil até os territórios das costas africana e asiática, bem além da espacialidade e da temporalidade da presença imperial portuguesa (Assunção; Fernandes, 2020).

A perspectiva política da *Ortografia* (1631)

Na obra **Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua portuguesa**, Vera (1631) apresenta a língua portuguesa como uma língua de grande prestígio e a mais afeiçoada, se comparada a todas as outras, sendo endeusada inúmeras vezes e, quando comparada, todas outras línguas são apresentadas com grande desafeição e até mesmo com um certo repúdio. A língua portuguesa, vista como “a mais certa”, dentro de um grande arcabouço linguístico, se visto politicamente, gera uma grande disputa de poder e hierarquia entre as línguas. Esse pensamento pode ser confirmado quando em uns trechos do **Manual**, no capítulo com título ‘Breves Louvores da língua portuguesa’, é retratada a disputa pela língua mais pura, a mais bem-vista e mais perfeita aos moldes das sociedades da época.

Cada uma das nações descritas pelo **Manual**, na incansável busca pelo título da língua mais natural, engrandecia a sua língua e nação mostrando qual a mais importante e antiga, a mais natural e, nesse contexto, Vera (1631) defende a língua portuguesa como uma língua que se fala como escreve, quando comparada com as outras.

O **Manual** em sua totalidade tem como objeto principal apresentar regras ortográficas da língua portuguesa, apontando o uso certo e do errado, segundo a escrita/fala de sua época. Os breves capítulos e comentários corriqueiros durante a obra fazem menção ao comparativo hierárquico das línguas, a língua de poder, ou seja, a língua do império (Portugal). Estas menções fazem, a todo momento, com que esse Manual seja um instrumento de política linguística, enquanto material didático da língua do Estado para com as pessoas



individualmente, como também instrumento de poder e comparação de um modelo ideal de língua para com as línguas das outras nações.

As características que fazem o **Manual** um instrumento de Política Linguística é a sua função de padronização da escrita, que de certa forma, acabava sendo uma padronização dos mecanismos administrativos para evitar confusão, adulteração de documentos, facilitar a impressão de textos literários, facilitar a cópia de textos etc., e isso resulta tanto de uma política de estado como do indivíduo. Além de serem fatores para a criação de um manual de gramática, a instrumentalização desses manuais e os motivos para suas respectivas criações direcionam a sua função política enquanto instrumento linguístico.

O seu modelo segue uma tradição em que a sua forma se assemelha a outros manuais escritos na mesma época de produção, os quais seguiam um padrão de escrita que era definido como forma de elencar a forma correta de escrever as palavras na língua portuguesa. Ele circulava pelo império português e tinha como público os falantes letrados (elite da época). As ideias que ele apresenta são essas de que a língua portuguesa deve ser escrita da mesma forma que se fala.

A **ortografia** (1631), constitui-se o, resultado de uma política linguística social e do indivíduo, isto é, do Estado (império), já que, Portugal era o império, e como tal precisara ter os seus mecanismos, dentre eles os culturais para construção desse império. Quanto as políticas individuais, como por exemplo, um intelectual que olhava para a sua língua portuguesa e dizia que ela tinha o mesmo valor que as outras línguas de renome da época como o Espanhol e o Francês, e assim, decide escrever também um Manual de ortografia da sua própria língua, a portuguesa. Já que, só foi existir séculos depois um sistema ortográfico oficial.

O fato se dá de que uma língua que tenha escritos religiosos, gramática, de literatura, teóricos, ganha um peso muito maior do que uma língua ameríndia que não tem escrita, grafia, isto é, não há registro algum. Nisso, essa tradição literária, acaba superando as outras. No caso do Manual, na perspectiva do conflito linguístico, ele é resultado de uma política de estado, do mesmo jeito que no século atual a tendência é escrever e publicar textos acadêmicos em inglês, na época, a tendência era escrever em língua portuguesa, já que, existiam Manuais em francês, espanhol etc. Levando em consideração que o Brasil era o império e não tinha ainda uma gramática só sua, fez-se necessário criar esses elementos para isso, como a exemplo dos primeiros Manuais de ortografia dos primeiros gramáticos da língua portuguesa, Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), e um século depois o de Álvaro de Vera (1631).



Análise e discussão de dados

O **Manual** de Álvaro de Vera caracteriza-se como uma proposta de orientação para padronização da grafia da língua portuguesa no começo do século XVII e como um instrumento da política linguística que muito fecundou nos primeiros séculos em que o português ascendia a uma nova posição social, a de língua de estado.

O Manual teve de equilibrar-se em duas noções basilares à sua elaboração. A primeira é a da auctoritas, ou o uso da linguagem dos autores reconhecidos, num momento em que a literatura portuguesa ainda constituía o seu cânone, fazendo-se necessário recorrer ao cânone clássico escrito em grego e latim. A segunda noção é a de vetustas, ou o uso mais antigo da linguagem representado por uma literatura consolidada – um verdadeiro desafio para Álvaro de Vera porque a ancianidade da língua portuguesa pautava-se pelo latim, língua com a qual o português precisava se assemelhar para parecer prestigiosa, mas também precisava se afastar para se diferenciar.

Contudo, Álvaro precisava coletar exemplos do *usus* e da *modernitas* para não parecer tão desconectado da realidade linguística sobre a qual ele discorria. Por esse motivo, há variados exemplos coletados de suas práticas textuais escritas e orais, afinal sua ortografia mirava as duas modalidades linguísticas.

A prescrição do Manual de Ortografia fundamenta-se num hibridismo entre a norma padrão, um ideal linguístico imaginário que não se realizava em nenhuma parte do território português, muito menos em suas colônias; e a norma culta, um ideal linguístico mais, ou menos, real porque tem por base o uso linguístico de pessoas escolarizadas, em ambiente urbano e situações comunicativas monitoradas pela prescrição gramatical. Nesse ponto, entram em ação outros dois conceitos importantes, que é a oposição entre a urbanitas e a rusticitas, porque a norma culta está mais orientada ao contexto urbano, do que o rural, principalmente num momento em que toda a cultura letrada estava centrada na capital lisboeta.

O Manual materializa as três principais formas de políticas linguísticas (Spolsky, 2004), que são as práticas, através de suas escolhas linguísticas gráficas para o português; as crenças, através de seus posicionamentos e orientações; e a gestão da língua, através do esforço individual que lhe moveu planejar e escrever uma obra que ainda hoje tem sua importância na historiografia linguística do português – ao que Calvet (2002) chama de intervenção in vivo.

Esta pesquisa elenca dez ideias que são chaves para o estudo do Manual na perspectiva da historiografia linguística e da sociolinguística. São elas:



1. Descrição articulatória como um recurso científico para explicação de um fato linguístico e como um movimento textual típico à obra: “E assim no pronunciar desta letra J, tocamos com a língua no céu da boca branda e suavemente diremos JE-, muito diferente da pronúnciação do GA, que se forma com a respiração do mais interior da nossa língua, que própria pronúnciação dos mouros, dos quais a recebemos.” (p. 33); ou M “sua pronúnciação é branda por se formar quase fora da boca entre os beiços” (p. 41).
2. Descrição auditiva como um recurso científico para explicação de um fato linguístico, para tanto o autor usa de adjetivação perceptual para descrição sonora das letras: pronúncia branda, suave, h dá força à vogal etc.
3. Presença de informações históricas importantes e pouco discutidas na história do português, como a influência dos mouros na pronúncia do G, porém, segundo Vera, seu ponto de articulação no português é mais avançada do que no árabe.
4. Presença constante e muito recorrente de exemplos oriundos da língua espanhola para descrever articulações sonoras do português, o que se deve ao bilinguismo corrente no lado lusitano, em especial na corte e no período histórico (União Ibérica, 1580-1640).
5. Imitação explícita e patente do modelo latino, seja com ou sem motivação linguística clara: “Esta letra K, por imitarmos aos latinos, a pusemos em nosso alfabeto sem necessidade” (p. 37) – o que também lhe coloca entre os ortógrafos que açãoavam a etimologia como parâmetro ortográfico, o que está presente no Manual, porém não o domina.
6. Imitação implícita e latente de um modelo gráfico que não servia ao português, sendo necessários alguns ajustes; por exemplo, quando Vera propõe letras que não terminam palavras, o que não importa muito ao português, que não é uma língua de caso, mas flexiva.
7. Confusão conceitual entre grafia (representação abstrata e convencional da língua) e língua (sistema de signos, cujos processos de significação dependem do contexto sóciohistórico), os conceitos também têm seu percurso histórico, e o Manual foi escrito num momento em que essa distinção não ocorria ou não era tão clara; em razão disso, Álvaro de Vera afirma insistentemente que “Porque a boa ortografia consiste em escrever, como pronunciamos: e



da mesma maneira pronunciar como escrevemos" (p. 35) – o que confirma sua orientação por uma escrita também fonética.

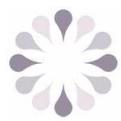
8. Preocupação didática ao ofertar ao consulente diversos e vários exemplos em língua portuguesa (latina também), como forma de ofertar ao leitor modelos vocabulares.
9. Manifestação explícita de seu propósito editorial, que é: é "minha obrigação não é descobrir erros antigos; nem menos defendê-los sendo alheios: que somente pretendo emendar os que tenho: que assaz farei em limá-los" (p. 51) – afirmação que demonstra que Álvaro leu outros compêndios gramaticais e ortográficos e sabia das debilidades de seus antecessores, dos quais busca se desvincilar e construir um projeto editorial próprio e autoral.
10. A proposta de Álvaro da Vera é a busca por uma grafia portuguesa simples e sem muitas novidades, conforme ilustra essa afirmação dele "não introduzimos diferentes formas; sendo boa usança e conhecimento de cada uma das destas letras" (p. 55) – apesar de ele se orientar por uma escrita fonética e ação parâmetros etimológicos, seu projeto ortográfico para o português tenta se aproximar do simples, no sentido de não prescrever uma grafia difícil para o escrevente lusitano (no séc. XVII, essa era uma categoria que representava quase sempre homem, classe média para cima, com acesso às culturas letradas do mundo antigo e chegado às principais línguas modernas europeias, o espanhol e o francês).

Conclusão

Este artigo discutiu os manuais ortográficos na perspectiva das políticas linguísticas, com orientação teórica da Historiografia linguística, que se dedica ao estudo social e histórico das gramatizações e de seus instrumentos; e com aporte dos estudos de Políticas linguísticas, que se dedica ao estudo das ideologias políticas e das práticas sociais que conduzem o disciplinamento das línguas.

Essa aproximação teórica é relativamente nova e muito necessária porque o estudo historiográfico é interdisciplinar e o objeto de estudo, os manuais de ortografia, exige uma ampliação teórica que satisfaça uma análise sociolinguística mais aprofundada dos propósitos que gerenciam a produção e a configuração discursivo-textual desses manuais.

A obra **Orthographia, ou modo para escrever certo na língua portuguesa** (1631), de Álvaro Ferreira de Vera, aciona o modelo gráfico e gramatical latino, bem como assume uma postura latinizante às adequações desse modelo ao português, porque o latim era o modelo de



língua ideal (idioma de um grande império, vasta produção cultural e alto valor social) para transferência de prestígio ao português, que buscava um posicionamento político no cenário europeu, especialmente o ibérico. A adoção desse modelo latino justifica-se também por ser a gramática tradicional o único paradigma de descrição linguístico daquele momento.

Prestígio e disponibilidade de um modelo descritivo não são as únicas pautas que conduzem a escrita do Manual. Álvaro de Vera (1631) apoia-se nesse valores para propor um modelo ortográfico, que objetiva realmente a normatizar a universalidade da língua portuguesa, o que engloba Portugal e suas colônias; a escrita e a fala, afinal não havia uma diferença conceitual muito bem delineada; e os diversos usos, formal, informal, escrita, fala, textos científicos, literários, religiosos etc.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento. **Os direitos linguísticos**: possibilidades de tratamento da realidade plurilíngue nacional a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2016. 115f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2016.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um letramento linguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo. Os primeiros contactos dos portugueses no Vietname no quadro da língua portuguesa como metalíngua no Oriente. **Praça Velha**: Revista cultural da Cidade da Guarda, v. 44, p. 47–59, 2023.

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1992.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Fundamentos da pesquisa em Historiografia da linguística**. São Paulo: Mackenzie, 2020.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira; BASTOS, Neusa Barbosa. **Questões em historiografia da linguística**. São Paulo: Pá de Palavra, 2020.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

FRANÇA, Vitória Régia Feitoza. **Modelo de língua no Manual de Ortografia de Álvaro Ferreira de Vera (1631)**. 2025. 80f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2025.

KAPLAN, Robert B.; BALDAUF JÚNIOR, Ricard. **Language Planning**: from practice to theory. Clevedon: Multilingual Matters Ltd, 1997.



KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados.** Braga: Publito, Estúdio de Artes Gráficas, 2014.

MARIANI, Bethânia Sampaio. Quando as línguas eram corpos: Sobre a colonização Linguística na África e no Brasil. In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (Org.) **Política Linguística no Brasil.** São Paulo: Pontes, 2007. p. 83-111.

NASCIMENTO, Josefa Félix. **Os costumes como fontes das políticas e dos direitos linguísticos em uma comunidade cigana de Itabaianinha-SE.** 2021. 173f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2021.

SANTANA, Alexandra Nunes. **A variação linguística no livro didático e na prática docente de língua portuguesa: políticas e ideologias linguísticas.** 2017. 184f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2017.

SEVERO, Cristine Gorski. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **Alfa**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013.

SPOLSKY, Bernard. **Language policy: key topics in Sociolinguistics.** Cambridge: Cambridge, 2004.